

Bancos afastam possibilidade do calote

ANTÔNIO FÉLIX

A dívida interna continua um assunto delicado para o setor financeiro. Quase todos os recursos do sistema giram, hoje, a curtíssimo prazo no open market e servem para financiar, dia a dia, a dívida em títulos do governo. A interrupção dos resgates de papéis públicos teria um impacto tão grande na área financeira que os banqueiros nem imaginam a hipótese. "Seria um ato contra a Nação", afirma Maurício Schulman, diretor financeiro do Bamerindus. "Todas as pessoas e empresas têm aplicações de curto prazo."

O Bamerindus é o número um do mercado nas operações de open market. No fim de agosto, contava com NCz\$ 26,5 bilhões em cartas de recompra — papel pelo qual os bancos se comprometem a devolver o dinheiro aplicado pelo cliente no open market. O banco foi o primeiro a lançar a conta remunerada, produto hoje oferecido por quase todos os concorrentes. Boa parte dos recursos aí colocados vai para o open market.

Uma moratória, porém, atingiria mais do que as contas remuneradas de todo o País. Ela afetaria as cadernetas de pou-

pança, que têm boa parte dos recursos no open, os depósitos à vista e quase todas as aplicações do mercado. "No fim das contas, o próprio governo acabaria sofrendo, pois ninguém mais pagaria impostos", diz Schulman. A moratória, segundo ele, poderia ser até pretexto — às vezes injustificado — para um calote generalizado. "A moratória é impensável", afirma Schulman.

ALONGAR PRAZOS

Os recursos da economia giram hoje a curtíssimo prazo. Se esse é um bom motivo para alguns economistas pregarem vencimentos mais espaçados para os títulos públicos, ele aparece, para os banqueiros, como uma forte razão para que não se faça nada. "Neste momento não é razoável pensar em alongar prazos", pondera Israel Vainboim, presidente do Unibanco. A tendência de mercado aponta para o contrário — a diminuição dos períodos de vencimento. "Os certificados de depósito bancário tinham prazo de 60 dias. Hoje, de 30 dias. A preferência das pessoas contudo, está no overnight", diz ele.

Há certa intranquilidade porque o País vive uma fase de transição. Mas a economia, segundo Vainboim, passa por um

bom momento e não há motivos para sobressaltos. Qualquer mudança em relação ao pagamento da dívida interna provocaria uma catástrofe. "Seria mais fácil o governo dizer que não vai pagar a dívida externa." O oxigênio do sistema, na opinião do presidente do Unibanco, está na credibilidade, que não pode ser arranhada.

A receita para o governo conseguir um certo fôlego nos prazos da dívida está na solução de alguns dos problemas crônicos do País. "O governo precisa gastar menos", recomenda Schulman, "de modo a trazer de volta a confiança ao mercado e, assim, levar as pessoas a aplicar a prazos mais longos". Não adiantaria nada, por meio de medida de força, como a moratória, o governo tentar esticar os prazos. "Já existem títulos públicos de 270 dias. Mas eles são financiados no curtíssimo prazo porque as pessoas querem deixar o dinheiro no over", observa Léo Wallace Cochane Jr., presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). Se o governo conseguisse controlar a inflação, teria condições de adotar uma política de juros e, com ela, esticar o prazo das aplicações.

A CREDIBILIDADE

A moratória, ao contrário, provocaria um descrédito tal nos instrumentos de captação de recursos que as pessoas prefeririam consumir, e, assim, o País caminhará até mais rápido mais a hiperinflação. "Há maneiras mais inteligentes de fazer a mesma coisa", diz José Baía Sobrinho, presidente do Banco Pontual. O Banco Central poderia, sugere ele, decretar feriado bancário por vários dias, durante os quais a Casa da Moeda imprimiria cédulas em quantidade suficiente para resgatar todos os títulos públicos. No dia seguinte, o governo colocaria novos títulos. "Chegaríamos, evidentemente, à hiperinflação. Mas o governo teria honrado toda a dívida e preservado o seu prestígio", afirma Baía Sobrinho. O exemplo extremo serve, segundo ele, para mostrar como a moratória é algo inimaginável. O governo poderia mesmo, por exemplo, numa alternativa mais amena, renegociar prazos de vencimento de títulos com os bancos, de modo a não afetar as aplicações de empresas e pessoas. Os bancos, no caso, teriam de cobrir parte das operações com seu próprio capital. "Essa já seria uma hipótese horrível", diz Baía Sobrinho.